



Câmara Municipal de Maracanaú

Avenida Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 890 - Piratininga - CEP: 61905-167 - Maracanaú\CE

PROJETO DE LEI - LEGISLATIVO: 007/2026

Institui diretrizes para a criação do Protocolo Municipal de Alerta e Enfrentamento a Eventos de Calor Extremo no Município de Maracanaú e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Maracanaú Aprova:

Capítulo I – Das Disposições Gerais

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Município de Maracanaú, diretrizes para a formulação e implementação do Protocolo Municipal de Alerta e Enfrentamento a Eventos de Calor Extremo, com a finalidade de reduzir riscos à saúde pública associados às altas temperaturas.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se evento de calor extremo a ocorrência de temperaturas significativamente superiores à média histórica local, capazes de impactar a saúde da população.

Capítulo II – Das Diretrizes do Protocolo

Art. 3º O Protocolo Municipal de Alerta e Enfrentamento a Eventos de Calor Extremo deverá observar, entre outras, as seguintes diretrizes:

- I – adoção de sistema de monitoramento e alerta à população sobre riscos decorrentes de altas temperaturas;
- II – priorização de ações preventivas voltadas a grupos vulneráveis, como idosos, crianças, pessoas com doenças crônicas e população em situação de rua;
- III – estímulo à adoção de medidas de acesso à água potável em espaços públicos e de grande circulação;
- IV – incentivo à utilização de equipamentos públicos como espaços de proteção térmica, conforme avaliação de conveniência e oportunidade do Poder Executivo;
- V – articulação entre os órgãos municipais de saúde, assistência social, defesa civil e meio ambiente.

Capítulo III – Da Atuação do Poder Executivo

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei, definindo:

- I – critérios técnicos para caracterização dos níveis de alerta;
- II – medidas administrativas e operacionais cabíveis em cada nível;
- III – formas de comunicação e divulgação das informações à população.

Parágrafo único. A regulamentação deverá respeitar a disponibilidade orçamentária, financeira e administrativa do Município.

Capítulo IV – Da Cooperação Institucional

Protocolado em: 21/01/2026 09:43:03 no IP: 192.168.131.91 - Número do protocolo: 2026.01.21-0002



Câmara Municipal de Maracanaú

Avenida Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 890 - Piratininga - CEP: 61905-167 - Maracanaú\CE

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e órgãos estaduais e federais para a implementação das diretrizes previstas nesta Lei.

Capítulo V – Das Disposições Finais

Art. 6º A execução desta Lei observará as dotações orçamentárias existentes, sem prejuízo da criação de programas específicos pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Maracanaú, 21 de Janeiro de 2026.

*Assinado eletronicamente na data: 21/01/2026
pelo CPF: ***.314.623-** no IP: 192.168.131.91*

Bruna da Silva Lourenço
Vereador(a) - PT

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer diretrizes gerais para a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos efeitos do calor extremo no Município de Maracanaú, fenômeno que tem se intensificado em razão das mudanças climáticas e da urbanização acelerada.

A proposta não cria obrigações administrativas imediatas nem interfere na organização interna do Poder Executivo, limitando-se a indicar parâmetros e objetivos a serem observados na elaboração de políticas públicas, em estrita observância ao princípio da separação dos poderes.

O projeto encontra amparo no art. 225 da Constituição Federal, no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e nas diretrizes de proteção à saúde pública e à dignidade da pessoa humana.

NOTA TÉCNICA

1. Da Competência Legislativa Municipal

A matéria tratada nesta Lei insere-se na competência legislativa municipal para cuidar do interesse local e da saúde pública, nos termos dos arts. 23, II, e 30, I e II, da Constituição Federal.

2. Da Ausência de Vício de Iniciativa

O projeto limita-se a estabelecer diretrizes gerais e autorizar o Poder Executivo a regulamentar a matéria, não criando cargos, despesas obrigatórias, nem impondo a execução de atos administrativos específicos. Dessa forma, não há violação à iniciativa reservada do Chefe do Executivo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite leis de iniciativa parlamentar que fixem diretrizes e políticas públicas gerais, desde que preservada a discricionariedade administrativa.



Câmara Municipal de Maracanaú

Avenida Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 890 - Piratininga - CEP: 61905-167 - Maracanaú\CE

3. Da Separação dos Poderes

O texto legal respeita a autonomia do Poder Executivo ao:

- Utilizar linguagem autorizativa;
- Prever regulamentação posterior;
- Submeter a execução à conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária.

Não há ingerência indevida na gestão pública.

4. Do Interesse Público Relevante

O enfrentamento aos eventos de calor extremo constitui medida de proteção à vida, à saúde e à dignidade da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, caracterizando interesse público primário.

5. Conclusão

Diante da constitucionalidade formal e material da proposição, eventual veto não encontra amparo jurídico suficiente, podendo ser legitimamente rejeitado pelo Plenário da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Maracanaú

www.camaramaracanau.ce.gov.br/materias/13172

